Nota para a Imprensa

30.5.2023





1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

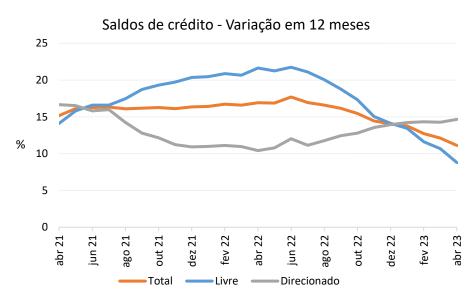
Em abril, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro alcançou R\$15,1 trilhões (147,8% do PIB), crescendo 0,6% no mês, devido principalmente à alta de 2,5% do saldo dos títulos públicos. Na comparação interanual, o crédito ampliado cresceu 10,7%, prevalecendo as elevações na carteira de empréstimos do SFN, 11,3%, e dos títulos de dívida, 12,1%.

O crédito ampliado a empresas atingiu R\$5,2 trilhões (51,2% do PIB), diminuição de 0,5% no mês, influenciada principalmente pela queda dos empréstimos da dívida externa, 3,2%, em função da apreciação cambial de 2,4%. Em relação a abril de 2022, a expansão de 11,9% do crédito ampliado a empresas refletiu principalmente os aumentos de 31,6% em títulos de dívida e de 5,1% na carteira de empréstimos do SFN.

O crédito ampliado às famílias apresentou redução de 0,4% no mês, situando-se em R\$3,5 trilhões (34,5% do PIB) em abril, com expansão de 15,1% em doze meses, refletindo o incremento nos empréstimos do SFN.

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

O volume de crédito do SFN alcançou R\$5,4 trilhões em abril, permanecendo estável no mês (com recuo mensal de 0,1%). Esse desempenho resultou da diminuição de 0,6% no crédito destinado às pessoas jurídicas, para R\$2,1 trilhões, em contraposição ao incremento de 0,2% no crédito às pessoas físicas, saldo de R\$3,3 trilhões. Em doze meses, o crédito total cresceu 11,1% até abril, com arrefecimento em relação ao crescimento de 12,1% no mês anterior. Na mesma base de comparação, as operações de crédito pactuadas com as empresas e com as famílias desaceleraram, com incrementos de 4,6%, ante 5,7%, e de 15,7%, ante 16,7%, respectivamente.



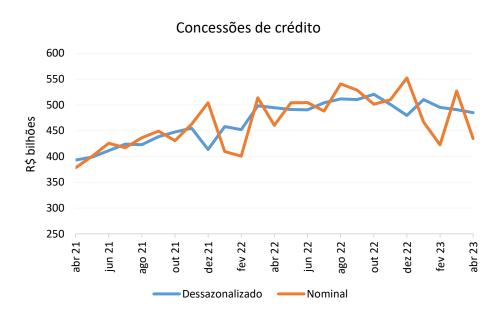
O volume de crédito com recursos livres para as empresas alcançou R\$1,3 trilhão em abril, retração mensal de 1,0% e expansão de 2,6% em doze meses. Esse resultado decorreu, principalmente, da redução do saldo das operações de desconto de duplicatas e outros recebíveis (-7,7%), após movimento sazonal de elevação desta carteira no mês anterior.

O saldo de crédito com recursos livres às famílias somou R\$1,8 trilhão em abril, expansão de 0,3% no mês e de 13,9% em doze meses. Esse movimento decorreu dos incrementos nas carteiras de crédito pessoal



não consignado (+1,8%), crédito pessoal consignado para trabalhadores do setor público (+0,6%) e crédito pessoal consignado para aposentados e pensionistas do INSS (+0,9%), basicamente. Em sentido oposto, observou-se redução na carteira de cartão de crédito à vista (-1,5%).

O saldo de crédito direcionado registrou aceleração ao atingir R\$2,2 trilhões em abril, com incremento mensal de 0,2% e de 14,7% em doze meses (14,3% nos doze meses até março). Por segmento, o crédito para as pessoas jurídicas cresceu 0,2% no mês e 8,5% em doze meses. O crédito a pessoas físicas cresceu 0,1% no mês e 18,1% em doze meses, com destaque para o crescimento da carteira de financiamento imobiliário com taxas reguladas (+0,5%).



As concessões nominais de crédito totalizaram R\$434,6 bilhões em abril. Nas séries com ajuste sazonal, o total de novas contratações recuou 1,2% no mês, com diminuições de 0,4% tanto operações realizadas nas com empresas, quanto nas realizadas com as famílias. Na comparação interanual, as concessões nominais em abril aumentaram 12,6%, com expansão de 9,1% nas contratações com pessoas jurídicas e de 15,6% com as

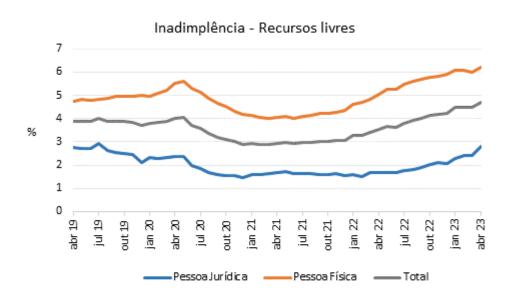
pessoas físicas. A ocorrência de cinco dias úteis a menos no mês de abril, comparativamente a março de 2023, contribuiu para a elevação de 5,4% no mês nas concessões médias diárias.

A taxa média de juros das novas contratações de crédito alcançou 32,2% a.a. em abril, com incrementos de 0,4 p.p. no mês e de 4,4 p.p. comparativamente a abril do ano anterior. O *spread* bancário das novas contratações alcançou 21,9 p.p., aumento de 0,8 p.p. no mês e de 4,3 p.p. em doze meses.

No segmento de crédito com recursos livres, a taxa média de juros das novas contratações atingiu 45,1% a.a. em abril, com altas de 0,6 p.p. no mês e de 7,2 p.p. na comparação interanual. Nas contratações com pessoas jurídicas, os juros médios alcançaram 23,9% a.a., redução mensal de 0,2 p.p. e incremento de 1,5 p.p. em doze meses. Nas contratações realizadas com pessoas físicas, os juros médios registraram elevação mensal de 1,1 p.p. e de 9,8 p.p. em doze meses, atingindo 59,7% a.a.

O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todo o crédito do SFN, subiu para 22,4% a.a., elevando-se 0,3 p.p. no mês e 2,5 p.p. em 12 meses.





A inadimplência da carteira crédito do SFN aumentou 0,1 p.p. no mês, atingindo 3,4%. inadimplência da carteira pessoas jurídicas aumentou 0,2 p.p. no mês e 0,8 p.p. em doze meses, atingindo 2,3%. Na carteira físicas, pessoas inadimplência subiu 0,2 p.p. no mês e 0,7 p.p. em doze meses, situando=se em 4,2%. No crédito com recursos livres, inadimplência de 4,7%,

com incrementos de 0,2 p.p. no mês e de 1,2 p.p. comparativamente a abril de 2022.

O endividamento das famílias atingiu 48,5% em <u>março</u>, com recuos de 0,1 p.p. no mês e de 1,3 p.p. em doze meses. Nas mesmas bases de comparação, o comprometimento de renda aumentou 0,3 p.p. no mês e 1,6 p.p. em doze meses, situando-se em 27,7%.

3. Agregados monetários

A base monetária alcançou R\$ 410,4 bilhões no mês de abril, decréscimo de 0,7% no mês e aumento de 3,5% em doze meses. No mês, o volume de papel-moeda em circulação diminuiu 1% e as reservas bancárias aumentaram 0,3%.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, resultaram em impactos contracionistas as operações com derivativos (R\$14,2 bilhões) e os depósitos de instituições financeiras (R\$ 7,6 bilhões, composto por recolhimentos de recursos de caderneta de poupança, -R\$639 milhões, de recursos de depósitos a prazo, -R\$4,2 bilhões, recebimentos de depósitos voluntários a prazo, -R\$3,7 bilhões, liberações recursos do Proagro, +R\$721 milhões, e de depósitos de garantia em espécie vinculadas a Linhas Financeiras de Liquidez – LFL, +R\$451 milhões). No sentido expansionista, atuaram as operações do Tesouro Nacional (R\$1,6 bilhão), as operações do setor externo (R\$14,2 bilhões) e as operações com títulos públicos federais (R\$11,3 bilhões, composto por colocações líquidas de R\$80,3 bilhões no mercado primário e compras líquidas de R\$91,6 bilhões no mercado secundário).

Os meios de pagamento restritos (M1) alcançaram saldo de R\$589,1 bilhões, com redução de 0,3% no mês, decorrente da diminuição do papel-moeda em poder do público (-0,9%) e da elevação dos depósitos à vista (+0,2%), respectivamente. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 contraiu 1,1% no mês.

O M2 alcançou saldo total de R\$5,2 trilhões e cresceu 0,4% no mês, refletindo o aumento de 0,7% no saldo de títulos emitidos por instituições financeiras, que alcançou R\$3,7 trilhões, refletindo a expansão



de 3,4% no saldo das letras de crédito (LCA e LCI). O saldo dos depósitos a prazo cresceu 0,1% após resgates líquidos de R\$16,7 bilhões no período, enquanto o saldo dos depósitos de poupança se manteve estável em R\$970 bilhões, com resgates líquidos de R\$6,2 bilhões. O M3 cresceu 0,1% no período, totalizando R\$9,9 trilhões, reflexo do aumento do M2, contrabalançado pelo recuo de 0,2% no saldo das quotas de fundos do mercado monetário (R\$4,5 trilhões). O M4 recuou 0,5% no mês, totalizando R\$10,9 trilhões. Em 12 meses, expansão de 9,9%.

4. Revisão ordinária dos dados de cartão rotativo e parcelado

Em função do disposto no art. 15, § 4º, II, combinado com o art. 38, da <u>Instrução Normativa PRES/INSS nº</u> 138, de 10 de novembro de 2022, as operações de cartão consignado para aposentados e pensionistas do INSS somente podem ser objeto de crédito rotativo até o vencimento da fatura subsequente, devendo ser liquidadas em parcelas mensais de igual valor após essa data. Em consequência dessa determinação, diversas instituições alteraram a classificação de parte dos saldos dessas operações, da modalidade de cartão rotativo para a modalidade de cartão parcelado. Esse movimento teve impacto mais significativo nas estatísticas de março, conforme se observa na evolução dos saldos de cartão rotativo e de cartão parcelado.